

Juventude e política

Observando a Ufba

Allan Jeffrey Vidal Maia
Chrissie Ferreira de Carvalho
Luiz Fernando Calaça de Sá Júnior
Marcelo Navarro
Raquel Barouh
Renata Moreira
Sônia Maria Rocha Sampaio

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MAIA, AJV., *et al.* Juventude e política: observando a Ufba. In: SAMPAIO, SMR., org. *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 169-186. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



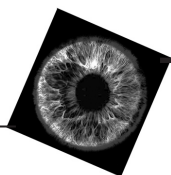
All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

JUVENTUDE E POLÍTICA

observando a Ufba¹



ALLAN JEFFREY VIDAL MAIA
CHRISSE FERREIRA DE CARVALHO
LUIZ FERNANDO CALAÇA DE SÁ JÚNIOR
MARCELO NAVARRO
RAQUEL BAROUH
RENATA MOREIRA
SÔNIA MARIA ROCHA SAMPAIO

POLÍTICA, JUVENTUDE, MINORIAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

A discussão sobre a participação política da juventude é atravessada por uma questão fundamental que interroga sobre o seu incremento ou declínio, nas três ou quatro últimas décadas. O tema é objeto de pesquisadores, tanto do campo da juventude quanto do campo das ciências políticas, que se dividem entre a emergência de um apoliticismo juvenil ou o surgimento de novas formas de engajamento político.

1 Artigo derivado de trabalho de pesquisa e intervenção desenvolvido nas disciplinas Psicologia Escolar I e II, sob orientação da Profa. Dra. Sônia Sampaio, no ano de 2008, segundo semestre.

Os jovens se apresentam, dentro do cenário político brasileiro, como uma camada da população com pouca representatividade política. Apesar da população de jovens entre 15 e 25 anos constituir cerca de 20% da população, estes se encontram num lugar à margem dos processos decisórios, no que diz respeito a políticas públicas elaboradas pelo governo brasileiro, o que aponta para uma necessidade de ocupação desse espaço de representatividade. Esse problema estaria relacionado a um pretensão vazia na formação política dos jovens que impõe dificuldades à ocupação de espaços e posicionamentos políticos frente a temas de relevância para o conjunto da sociedade.

É verdade que, uma formação no sentido de integrar os aspectos políticos, cidadania e direitos humanos, não constitui foco das preocupações educativas de professores e gestores em espaços educativos de forma geral, sejam eles públicos ou privados. O contato do segmento jovem com a dimensão política da vida em sociedade e, seu eventual engajamento, acaba se dando de forma alternativa, em outros espaços, como grêmios, diretórios estudantis, partidos políticos ou grupos ligados a movimentos sociais de proximidade, que dizem respeito a questões transversais e que interessam a grupos específicos de jovens. Situações emergentes e ligadas ao cotidiano podem, igualmente, favorecer o contato com temas e questões políticas.

Castro (2004) inclui, seguindo essa perspectiva, os jovens entre outros grupos minoritários, como negros, mulheres e homossexuais, que pleiteiam espaços de participação política e ações de tipo afirmativo, tanto de caráter local quanto global. A autora discute a heterogeneidade que caracteriza os jovens, envolvendo aspectos como gênero, raça, classe social, orientação sexual e escolarização, o que aponta para a complexidade do fenômeno juventude. Esses múltiplos pertencimentos permitem a permeabilidade dos jovens a outros movimentos políticos, de caráter afirmativo ou de discriminação positiva, como advogam alguns.

Na Universidade, como espaços institucionalizados, previstos para a participação política, temos os Diretórios ou Centros Acadêmicos

(DA ou CA) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), funcionando como territórios legitimados de representatividade, voltados, mais especificamente, para as políticas estudantis e/ou educacionais. Neles, os jovens buscariam garantir o debate desses temas e conjunturas diversificadas, estabelecendo, eventualmente conexões com outros grupos e movimentos político-sociais e de militância. Mas, além do movimento estudantil universitário, é possível encontrar estudantes vinculados a outros grupos que vão de partidos políticos – autoconsiderados de esquerda, principalmente – até grupos de militância específicos, nucleados a partir de temas relativos à diversidade/identidade, como os movimentos negro, feminista e GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) ou, mais contemporaneamente, LBGT ou LBGTTS².

Esses espaços tendem a servir como contextos de aprendizagem política – uma vez que neles os jovens acessam discussões sobre política, cidadania e direitos humanos, oportunizando uma formação fragilizada em praticamente todos os currículos formalizados das escolas e universidades³, onde o estudo e a discussão política não são privilegiados. Apenas alguns cursos de ciências humanas permitem que discussões mais amplas sobre a conjuntura política e social ocorram de forma mais frequente. Um aspecto interessante e contraditório a destacar: se, por um lado, esses espaços de aprendizagem não possibilitam uma adequada formação política e social, por outro, eles são comumente considerados como promotores privilegiados desse tipo de formação.

IDENTIDADE E INSERÇÃO POLÍTICA

A realidade social é considerada como processual, dinâmica e em permanente construção, de acordo com o espaço-tempo específico consi-

- 2 A sigla oficialmente usada no Brasil para a diversidade de manifestações de gênero, desde junho de 2008, quando da Conferência Nacional GLBT, é LBGT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros). O “s” eventualmente utilizado, refere-se aos simpatizantes.
- 3 O currículo dos atuais Bacharelados Interdisciplinares, implantados na UFBA em 2009, contam com o componente curricular “Estudos da Contemporaneidade”, cujo conteúdo privilegia o tratamento de temas políticos e da atualidade local e nacional.

derado e com os indivíduos que participam de sua elaboração cotidiana. As ações coletivas constituem-se como uma tentativa de significação e possibilidade de mudança do que se apresenta enquanto realidade para esses indivíduos. Estes agrupamentos coletivos, movimentos sociais e políticos, constroem suas identidades enquanto grupos, a partir do contexto das relações de poder que os envolve.

Estas ações coletivas lutam por direitos sociais e igualdade, o que inclui a defesa do reconhecimento social de suas peculiaridades e diferenças em meio a um contexto social fortemente homogeneizante. (PRADO, 2001) É importante que estes “sujeitos históricos” tenham o máximo possível de informações, além de possibilidades de discussão e representatividade no espaço público, a fim de que possam realmente contribuir para a definição das orientações e decisões seguidas pela comunidade. (ENRIQUEZ, 2006)

É através do desenvolvimento de novas formas de relacionamento voltadas para o espaço público, tais como a solidariedade, a hospitalidade e o respeito, que a pluralidade e a experimentação de novas possibilidades de estar no mundo permitirão a verdadeira inclusão de segmentos que não partilham de forma equânime da vida social. A atitude política é muitas vezes difícil de ser adotada, na medida em que lutar contra antigas crenças e valores conservadores é um processo árduo e lento. Os jovens que entram nesse cenário enfrentam essas dificuldades que, apesar da exigência que representam, criam mudanças e constroem espaços de atuação mais coletivos e ampliados.

A inserção política de uma parcela dos estudantes pode ser observada dentro da universidade, sendo caracterizada pela articulação interna e externa dos diferentes movimentos, da importância do diálogo e das discussões, da organização de encontros, fóruns e eventos estudantis que conectam política ao exercício prático da cidadania. Os espaços criados e ocupados pelos jovens que se engajam politicamente, mesmo que inadvertidamente, terminam por incluir a dimensão da subjetividade e o desenvolvimento do pensamento crítico que dá acesso à esfera pública e a relações humanas dignas.

A mudança e a construção de novas metáforas, imagens, significados e realidades socialmente compartilhadas somente é possível quando o indivíduo assume o risco do confronto com o novo. Quando ele se desloca da esfera da segurança e se abre ao convívio com os diferentes, ao desafio do estranho e do desconhecido, sem medo, sem indiferença ou apenas tolerância, mas a partir da aceitação de formas mais flexíveis no convívio social. (ORTEGA, 2003) A juventude tem como característica do seu desenvolvimento a atração pelo novo e a possibilidade de reconstruir a sua própria realidade, o que se dará através de suas redes de relações onde ela tem espaço para elaborar questionamentos a respeito das condições de sua existência.

FALANDO DE MÉTODO

Esse trabalho, que buscava um conhecimento preliminar sobre as relações entre juventude e política na UFBA, utilizou diferentes técnicas de investigação dentro da abordagem qualitativa em pesquisa social, voltando-se para a compreensão dos modos como cada estudante, que se dispôs a participar como informante, significava sua experiência de militância em seu grupo de atuação específico.

Os recursos etnográficos utilizados para coletar os dados foram a pesquisa participativa, os diários de campo e entrevistas presenciais semiestruturadas. O uso de metodologia diversificada adequou-se bem às possibilidades de acesso aos entrevistados. Participaram do estudo oito universitários que pertenciam a quatro diferentes grupos e movimentos políticos ligados à universidade: dois estudantes de DAs/CAs e DCE (Representação Estudantil), um estudante da Luta Antimanicomial, quatro estudantes do grupo de discussão e militância LGBT e um estudante do Movimento Passe Livre.

O processo de elaboração das entrevistas consistiu na formulação de perguntas e solicitação de informações sobre o histórico dos grupos pesquisados, a inserção do entrevistado no grupo, suas percepções sobre esse espaço, outras participações em movimentos sociais e/ou

políticos, influência destes para a sua vida pessoal/profissional e a relação dos grupos com o ambiente universitário. As entrevistas foram realizadas entre maio e junho de 2008 e tratadas, agrupando-se os temas em alguns eixos temáticos, a saber: inserção no grupo/movimento, como se dá a atuação, associação com o curso e a comunidade, interações com outros grupos, influência familiar, relação da atividade política com a Universidade. Os resultados serão apresentados por grupo entrevistado.

A REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Os estudantes matriculados nos cursos de História e de Física participavam de seus respectivos Centros Acadêmicos; um deles, o estudante de História, D., era igualmente membro do DCE.

Esse estudante, desde o primeiro ano da faculdade, em 2005, participou do CA do seu curso, pois sempre se sentiu motivado para esse tipo de ação; no ano de 2007, integrou uma das chapas candidatas e eleita para o DCE. A sua aproximação começa um ano antes, através da participação em um grupo de debates interessado em concorrer às eleições para dirigir essa entidade estudantil. A representação estudantil no DCE foi, para ele, a “[...] possibilidade de militância dentro da própria universidade [...]”, considerando que a sua participação no movimento social é diferenciada por ser negro. O estudante em questão, que milita também em um partido político, considerado por ele de esquerda, acredita ser possível agregar os diferentes espaços de ação política onde circula, através do diálogo e da promoção do debate sobre Universidade e Educação.

D. afirma priorizar a militância em relação à formação acadêmica e percebe mudanças pessoais importantes relacionadas a essas suas experiências no campo político:

[...] isso tudo me proporciona espaço de formação política o que me acaba levando para outros lugares. Tenho hoje um espaço ampliado, falo com Deus e o mundo; converso com

alunos, professores, servidores. Minhas relações sociais e meu posicionamento estão em outros parâmetros, há tanto a convivência como as disputas [...] Estou, constantemente recebendo e fazendo críticas [...].

Outro elemento relevante considerado por ele é, justamente, o fato da oportunidade da juventude debater sobre assuntos políticos, além de beneficiar-se de uma espécie de formação para a organização: disputar, compreender e intervir na gestão de espaços de caráter político.

O estudante de Física sempre se mostrou interessado pelas discussões políticas. O que o conduziu a participar do DA do seu curso foi o fato desta estrutura de representação institucional estudantil estar abandonada há cinco meses, depois do final da gestão anterior. Ele relata, na entrevista, um desejo grande de fazer política e trazer mudanças significativas ao espaço universitário, sendo bastante otimista quanto às possibilidades de reativar o Diretório. Mas, para conseguir seu objetivo, ele teve de enfrentar a crítica de colegas, descrentes no que diz respeito ao papel transformador dos estudantes e do movimento estudantil: [...] *sempre foi assim e nada muda de fato*. Mesmo que sua motivação em entrar para a política estudantil universitária fosse anterior à sua entrada na educação superior, ele confessa ter passado por momentos de desmotivação, afastando-se do movimento para dedicar-se exclusivamente à conclusão do seu curso e ao trabalho.

Os dois estudantes entrevistados são exemplos que caracterizam a representação estudantil em espaços de representação legitimados pela própria universidade. Ambos trazem, como traços de sua história pessoal, o desejo prévio de fazer política, descobrindo a universidade como um espaço propício para seu desenvolvimento nesse campo. Além disso, trazem à tona a importância da articulação dos diversos movimentos sociais, do diálogo e apoio entre eles, pela ação em rede e através da oportunização de discussões, fóruns e eventos estudantis que os vinculam ao mundo da política.

Entretanto, apesar dos seus desejos e prática efetiva, eles dizem das dificuldades enfrentadas, ao assumirem o lugar de representantes

da comunidade estudantil, e consideram que o estudante é um importante coadjuvante do processo de constituição e transformação do espaço universitário. Grande relevância foi por eles atribuída ao período vivido pelos jovens nas universidades, vistas como espaços de possibilidades de movimentação político-social, difíceis de serem encontrados extramuros.

O MOVIMENTO DE LUTA ANTIMANICOMIAL

Segundo o Ministério da Saúde, a Reforma Psiquiátrica consiste em uma ampla mudança no atendimento público em saúde mental. Esse novo modelo visa assegurar o respeito aos direitos e à liberdade, o que deve resultar em uma mudança no tipo do tratamento: ao invés do isolamento, preconiza o convívio com a família e a comunidade. O movimento antimanicomial, que ganhou bastante visibilidade política, a partir dos anos 80, segue crescendo como uma das fundamentais forças dentro da reforma psiquiátrica brasileira. Nesse movimento, acredita-se que, através da interação entre a realidade dos loucos com a dos “não-loucos”, se encontra a melhor resposta para a melhoria da condição de vida de todos. Nessa perspectiva, o Grupo de Trabalho da Luta Antimanicomial Eduardo Araújo foi criado, a partir da iniciativa de alguns estudantes do curso de Psicologia da UFBA, em 2006, com o objetivo de produzir conhecimento acerca da Reforma Psiquiátrica; disseminar a discussão sobre os rumos que este movimento vem tomando, sobretudo na cidade de Salvador, e efetivar práticas que contribuam para os movimentos sociais engajados na Luta Antimanicomial.

A entrevista foi realizada com I., 22 anos, estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, integrante desse coletivo, também atuante na assessoria da associação AMEA⁴.

A inserção de I. no movimento antimanicomial deu-se através do convite de um colega de curso, que o apresentou ao grupo de trabalho.

4 Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares dos Serviços de Saúde Mental.

Ele se lembra da primeira atividade exercida, já como membro – a visita a um hospital psiquiátrico –, como o fator importante para a sua permanência no grupo: [...] *foi muito marcante pra mim a visita que eu fiz ao Hospital Mário Leal [...] pensei: 'não é possível, eu tenho que fazer alguma coisa'*. Ele indica o próprio grupo como fator relevante para o seu ingresso e continuidade: *Eu diria que eu me senti muito acolhido [...] com certeza esse fator também é importante [...] Eu conheci pessoas incríveis, muito inteligentes, muito críticas. Isso pra mim é fundamental.*

Sua inserção nesse grupo de trabalho contribuiu de maneira positiva para a sua postura como estudante do curso de Psicologia: *Ter encontrado uma causa pela qual lutar e que é legítima e que tem uma importância muito grande na vida das pessoas foi essencial no meu engajamento, até no curso, né?* O exercício de algumas aptidões para o trabalho em grupo e a percepção de si mesmo foram igualmente dois pontos sublinhados: *Até a coisa de ser antimanicomial é algo inerente à minha identidade [...] Tem também a coisa do ritmo e da responsabilidade [...] estar sempre trabalhando em grupo que requer muita essa objetividade.*

Como resultado suplementar da sua ação na luta antimanicomial, I. desenvolveu uma postura crítica relativa à forma como o curso é conduzido, por não privilegiar, segundo ele, a formação profissional prática. *A possibilidade de você sentir, de você ter um senso crítico sobre isso, se apropriar do que acontece, se apropriar e ver, nem se compara com qualquer disciplina.* O estudante relata não observar incentivos ou contribuições consideráveis por parte da universidade em relação à atuação do seu grupo. Apenas a participação de um professor que, por já estar engajado no movimento, contribui individualmente para o seu desenvolvimento. *Colaboração, incentivo, da faculdade pro movimento, eu não observo. Eu acho que teve um papel essencial a presença do professor M.*

Dos depoimentos trazidos aqui, pode-se concluir que a fragilidade de atividades práticas curriculares voltadas para a formação adequada do futuro profissional e a carência de interesse acadêmico e curricular, nesse campo do conhecimento psicológico e psiquiátrico, contribuíram para a busca de uma forma de atuação e organização tanto acadêmica

quanto política fora do território da universidade, e sem que esta se desse conta da contribuição formativa que um coletivo dessa natureza pode exercer sobre os estudantes e seu futuro.

O MOVIMENTO DO PASSE LIVRE⁵

O estudante A., de 22 anos, participa do MPL – Movimento pelo Passe Livre, colabora com o Coletivo de Mídia Independente e é membro do Centro Acadêmico de um dos cursos de Engenharia da UFBA. Sua participação mais ativa se dá, entretanto, no MPL.

Segundo seu depoimento, o objetivo deste movimento é conquistar a gratuidade para os estudantes em transportes públicos e, a longo prazo, estender o benefício a toda a população. As Prefeituras Municipais seriam as responsáveis por subsidiar o serviço, utilizando recursos oriundos de multas de trânsito, IPVA e cartões de estacionamento da Zona Azul. O movimento origina-se, em 2005, em Porto Alegre, depois de manifestações ocorridas em outras cidades que demonstravam insatisfação, especialmente dos estudantes, com os aumentos das tarifas dos transportes. O coletivo tem uma proposta de estrutura horizontal, apartidária e autônoma, conta com vinte grupos atuantes no país e que vêm obtendo conquistas efetivas, facilitadas pela autonomia que cada grupo local possui. Em Salvador, os membros têm estudado o sistema de transporte público do município, além de discutir a gratuidade. O objetivo é entender como se constitui a relação do transporte com seus usuários e com a organização da cidade. Os militantes também visam disseminar as informações e reflexões produzidas no seio do coletivo, de modo a implicar a população.

O estudante fala de sua facilidade para se inserir em grupos de atuação política, resultado de influências no seio de sua família e da necessidade que sente em exercer sua cidadania e lutar por mudanças na sociedade. Além da própria família, a namorada, os amigos e os co-

5 MPL.

letivos políticos dos quais participa são os vetores principais da sua formação política.

A participação de A. no MPL favoreceu uma modificação na sua percepção de mundo. Ele afirma que passou a [...] *pensar em outra forma de contribuir para a sociedade*. A. explica que os conhecimentos e reflexões que resultam de sua participação no movimento influenciam sua postura em outras áreas da vida:

[...] quando você entra em contato com essas pessoas, você expande essas noções pra vários setores da sua vida. Então isso mexe com a sua vida pessoal, mexe com a sua vida profissional, mexe com o tratamento que você dispensa a outra pessoa, mexe com a forma como você enxerga outra pessoa.

O estudante deixa claro em sua fala o poder que teria o engajamento político de promover o crescimento pessoal e humanístico, além de permitir ao jovem compreender importantes detalhes do mundo ao seu redor e que só são possíveis de decodificar através de ações desenvolvidas em grupos cooperativos.

O MOVIMENTO LGBT

Dentre os movimentos que organizam minorias, LGBT mostra-se bastante permeável a outros aspectos identitários, como gênero, cor da pele e pertencimento econômico-social, por estabelecer conexões com outros grupos minoritários, como os movimentos negros e feministas. Esses grupos trazem consigo uma diversidade muito grande de posturas, mas se unificam quanto à importância da subversão dos modelos considerados heteronormativos de sexualidade, ainda hegemônicos na contemporaneidade.

Identificamos, no contexto universitário, diferentes grupos vinculados ao movimento LGBT, com origem em diversos centros de ensino superior da Bahia e com atuação mais ou menos autônoma: o GGEBA (Grupo Gay da Escola de Belas Artes da UFBA), o KIU! (UFBA, UNEB, UCSal), além do DIADORIM (UNEB) e do UNISEX (FTC). Cada

um desses grupos teve diferentes origens, porém tendo como principal motivo de sua criação a busca por igualdade de direitos.

A., um dos criadores do GGEBA, citado por Marcellus Bragg (2006), fala dos motivos que levaram à criação do grupo:

[...] a partir do que observamos de pequenos constrangimentos aos alunos mais assumidos pelos, assim digamos, caretas. E pelo fato de que estamos dispostos a colocar a Escola de Belas Artes dentro do roteiro da discussão GLBT. E, para isto, pretendemos interagir, fazer da nossa Escola um palco aberto para a homocultura, promovendo exposições, criando instalações, organizando conferências e agindo no sentido de se ampliar cada vez o conceito de normalidade da homossexualidade.

A criação do GGEBA se dá, justamente na afirmação de uma cultura homossexual, e a participação se dá pela via da produção artística. Como é evidenciado na fala de A., e reafirmado na abertura da comunidade do GGEBA no *orkut*:

Não é questão de militância.
Não é imposição sexual.
Não é autopreconceito.
É questão de produção.
É questão de respeito!

Z., um dos fundadores do GGEBA, confirma essa forma de “militância”, que se materializa através de expressão artística e no desenvolvimento de trabalhos sobre homoerotismo. Participar de mostras com essa temática parece-lhe ser a forma mais adequada para que a comunidade LGBT de sua escola se envolva em ações, por que não dizer, políticas. Essa alternativa não militante de exercer a política afirma-se através de um estilo de produção artística característico, defendido por Z., associado às múltiplas identidades que constituem o homoerotismo e o movimento LGBT. A preocupação, além da denúncia de discriminação e preconceito dentro da Universidade, é a de afirmação estética de formas de expressão do corpo e da sexualidade, o que se aproxima de aspectos presentes na teoria *Queer* (LOURO, 2001) e na arte sob sua inspiração.

O GGEBA articula-se ao KIU!, outro grupo no formato de coletivo, criado em 2003, a partir de ações desenvolvidas junto ao DA. de História da UFBA, englobando membros de diversas universidades. Segundo W., um dos criadores do KIU!, este foi um dos grupos que ocuparam o espaço aberto às discussões sobre o tema, abertura essa que se deu historicamente a partir das discussões que aparecem na mídia, desde 2003. Essa delimitação histórica condiz com o panorama, indicado por Ramos e Carrara (2006), sobre a entrada das discussões LGBT no meio acadêmico brasileiro.

Sobre a Universidade, W. percebe que ela [...] *ainda está muito longe de apoiar as discussões sobre sexualidade*. Quando apresentaram filmes do Mix Brasil – festival importante e reconhecido no circuito LGBT – no pátio Raul Seixas (São Lázaro, FFCH/UFBA), ouve manifestações contrárias de alguns professores. A Direção da Faculdade propôs que se realizasse a atividade em uma das salas de aula, mas a proposta do KIU! é, justamente a de [...] trazer as discussões e ocupar os espaços públicos [...], onde circulam pessoas de vários segmentos, heterossexuais, evangélicos etc.

Completando, W. afirma:

[...] a Universidade é um espaço que reproduz a sociedade heteronormativa, patriarcal, sendo, a ausência de travestis, um indício de como há essa exclusão, embora considere a questão mais ampla, tendo em vista o movimento de desligamento precoce dos travestis da escola.

Através desse comentário Z. denuncia a Universidade como um espaço de reprodução das estruturas normativas da sociedade e de exclusão, indo de encontro a políticas amplas de ações afirmativas, defendidas pelo LGBT.

W. fala da sua vivência dentro do KIU!: [...] *é aprendizado contínuo, ainda espero aprender muito, no contato com outras pessoas, criando junto, em espaços de atuação política!* Atualmente, ele atua junto ao Partido dos Trabalhadores, no grupo que discute as questões ligadas aos direitos LGBT, o que mostra a articulação desses coletivos com partidos políticos de esquerda, item também caracterizado por Anjos (2000).

As múltiplas conexões realizadas entre o KIU!, outros grupos de militância LGBT, partidos políticos e, na própria Faculdade, a interlocução com (poucos) professores simpatizantes da temática, mostram uma articulação complexa do grupo, sendo um exemplo efetivo de atuação política e de ocupação de espaços políticos possíveis pela juventude universitária. Suas intervenções dão-se, tanto através da promoção de discussões na universidade, através das Semanas LGBT e do Projeto Universidade Fora do Armário, quanto em espaços de representação política convencionais, dentro dos CA, DA e DCE e em partidos políticos. Movimentos externos de combate à homofobia, paradas e as Convenções municipais, estaduais e nacional LGBT, contam com sua participação efetiva.

V., estudante de Jornalismo de uma faculdade particular, relata sua trajetória em diferentes grupos universitários LGBT:

Em 2007, comecei participando do NUGSEX - DIADORIM, Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade da UNEB. No mesmo ano, passei pelo Coletivo Cruéis Tentadores, que também tem uma pesquisa na área de Sexualidade e foi por onde conheci o Kiu!. No final do ano de 2007, fiquei sabendo do E-Jovem e comecei a participar dele. Agora, em 2008, estou militando pelo Kiu! e desenvolvendo propostas de novos grupos.

No período de um ano, tempo correspondente a sua entrada no curso de Jornalismo, ele transitou por quatro grupos distintos: o NUGSEX-Diadorim, o Coletivo Cruéis Tentadores, o E-Jovem e o Kiu!, além de relatar ter feito parte do movimento de criação do UNISEX, na FTC, quando da organização dos seus seminários. Ele fala das contribuições ao NUGSEX-Diadorim, em atividades internas dentro da UNEB, e dos projetos que pretende ajudar a realizar, como recém-ingresso no KIU! V. critica o que ele denomina de “politicagem”, observada dentro de um dos grupos de que participou, e manifesta interesse em desenvolver atividades voltadas à pesquisa e à educação.

R. também participa do KIU! e afirma que a marca do grupo é a diversidade, que se dá tanto pela preocupação com os diversos segmentos

do movimento estudantil e da população LGBT, quanto pela diversidade teórica que norteia o grupo, que vai desde o marxismo ao pós-estruturalismo da teoria *Queer*, que discute a normalização das identidades sexuais pautadas no binômio heterossexual/homossexual:

Nosso grupo se caracteriza pela diversidade, e é isso que nos agrega, temos vários olhares sobre o Movimento Estudantil, sobre a Conjuntura da Política Pública para a população GLBT, sobre a epistemologia da homossexualidade e das relações de gênero, a teoria *Queer* de Judith Butler. Os embates ideológicos e metodológicos são corriqueiros entre nós e por isso a nossa ação é diversificada, atendendo àquilo que nos propomos: discutir a Diversidade Sexual no âmbito da Educação e com a Juventude.

Nos dois grupos LGBT que forneceram depoimentos para a elaboração desse texto – o KIU! e o GGEBA –, a relação e a perspectiva de seus protagonistas, em diferentes contextos e com interlocutores variados, evidenciam a existência de fértil participação política de estudantes da UFBA nesses coletivos que se utilizam de meios diversos para viabilizar suas ações. Recursos tradicionais da arena política, reflexão teórica e científica sobre o fenômeno social, político e histórico da homoafetividade, intervenções estéticas que utilizam as artes plásticas e o cinema, a organização e a participação em eventos como festivais, seminários e paradas. Todas as possibilidades parecem boas para viabilizar os objetivos desses movimentos, dentro e fora do espaço universitário.

DA JUVENTUDE E DA POLÍTICA: TENTANDO CONCLUIR

O contato com os grupos e a coleta de informações indicam vários pontos importantes nas diferentes situações aqui tratadas. A vontade, mesmo prévia, de participar politicamente foi um ponto a considerar: o ambiente universitário não é o único responsável pelo desencadeamento da participação política de seus estudantes. Mesmo que, as escolas por que passaram, os estudantes não tenham como objetivo inserir

gradualmente crianças e jovens no mundo das questões políticas, essa entrada se dá, ou essa sensibilização é feita, por diferentes agentes que vão da família, passando pelos grupos de iguais e pela mídia. É importante, inclusive, a julgar pelos relatos dos entrevistados, que as estratégias de proximidade sejam muito eficientes a esse respeito: pessoas com as quais os jovens mantêm vínculos afetivos e de confiança exercem um importante papel nesse engajamento. Em contrapartida, a vinculação a movimentos políticos e sociais interfere nos itinerários de vida e na constituição da subjetividade dos estudantes entrevistados, que se veem existencialmente vinculados aos movimentos que integram, o que pode ser muito relevante em seus percursos acadêmicos e mesmo profissionais.

Outra questão a considerar é o rebatimento dessa participação, em grupos, entidades, movimentos e coletivos, na formação pessoal dos estudantes, no que eles chamam de *modificação de identidade e percepção do mundo*. A política tem o efeito de vincular os sujeitos às questões do seu mundo, do seu país, da sua comunidade proximal, apresentando caminhos e possibilidades de ação coletiva que podem fazer enorme diferença na formação integral de uma pessoa, sobretudo, jovens universitários, ávidos em encontrar seu lugar, em meio a dilemas identitários característicos dessa idade da vida.

Um alerta, entretanto, é feito: aquilo que sentem como desvalorização, pela instituição universitária, das práticas políticas, de qualquer coloração ou formato, não havendo integração entre as instâncias administrativas e os diferentes movimentos. De uma forma ou de outra, os estudantes que ouvimos preconizam outras práticas institucionais, que legitimem melhor suas atividades, superando o clima de confronto que, eventualmente, torna críticas essas relações. Não podemos deixar de dizer que, embora não tenhamos ouvido, de forma sistemática, os gestores e professores, existem opiniões nesse campo que também preconizam formas mais dialogadas de enfrentar as dificuldades que a vida universitária apresenta para parcela significativa dos estudantes.

Apesar dessas dificuldades, todos reconhecem que a universidade concede espaço para a articulação independente de diferentes grupos. Há uma infraestrutura mínima, constituída pelos espaços legitimados para os DA, CA e DCE, cujo funcionamento é garantido administrativamente.

A articulação externa dos movimentos que convivem no interior da UFBA é outro ponto de destaque; sejam como pontos de apoio, de negociação, interlocução ou ações paralelas, os estudantes não restringem sua movimentação política aos muros da universidade, participando de ações coletivas, locais e nacionais, que reforçam seus movimentos específicos, tornando-se fontes de mais aprendizagem do ponto de vista de sua formação política. O trânsito dos estudantes por outros contextos auxilia sua formação política, que se dá de maneira informal, marginal e prática, no seio da movimentação de indivíduos e grupos sociais diversos. Dessa forma, os espaços políticos instituídos no meio universitário acabam se tornando portas de entrada para os movimentos sociais tomarem contato com o mundo, por vezes difícil de penetrar, que é a universidade.

O pertencimento a grupos, como o LGBT, o Movimento pelo Passe Livre e o Movimento da Luta Antimanicomial, demonstram, ao menos no caso da UFBA, que diferentes segmentos da juventude continuam ativos politicamente e buscam formas inovadoras de atuação. Foi intencional procurarmos escutar esses coletivos, porque atribuímos à expressão “participação política” um espectro mais largo do que o usual, muitas vezes confinada à participação política partidária ou voltada exclusivamente às grandes questões nacionais ou, no ambiente acadêmico, a temas relacionados estritamente ao que se convencionou chamar de “movimento estudantil”. Talvez seja o caso de nos referirmos a “movimentos estudantis”, no plural, para que sejam contempladas as novas possibilidades de vida coletiva e ação política presentes no meio universitário.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 274-305, 2000.

BRAGG, Marcelus. *Arte homo e militância total, nasce o GGGA*. 22 de dez. 2006. Disponível em: <<http://www.espacogls.com.br/noticias/?noticia=1780>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

CASTRO, M. Políticas Públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.). *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ENRIQUEZ, Eugène. O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável. *RAE electron.*, São Paulo, v. 5, n. 1, 2006 .

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, p. 541-553, 2001.

ORTEGA, F. Amizade em Tempos Sombrios. In: YUNES, E.; BINGEMER, M. C. *Mulheres de Palavra*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PRADO, M. A. Psicologia política e ação coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. *Revista Psicologia Política*, v. 1, n. 1, p. 149-172, 2001.

RAMOS, S.; CARRARA, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 185-205, 2006.